

**ENRIQUECIMENTO
SEM CAUSA E SUA
APLICAÇÃO AOS
BENS DIGITAIS**

JOSÉ LUIZ
DE MOURA **FALEIROS**
JÚNIOR

PREFÁCIO **EDUARDO**
TOMASEVICIUS FILHO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

F187e Faleiros Júnior, José Luiz de Moura
Enriquecimento sem causa e sua aplicação aos bens digitais / José Luiz de
Moura Faleiros Júnior. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2024.
240 p. ; 16cm x 23cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-6120-087-5
1. Direito. 2. Direito digital. 3. Enriquecimento. 4. Bens digitais. I. Título.
2024-1104 CDD 340.0285 CDU 34:004

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito digital 340.0285
2. Direito digital 34:004

1260488

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	VII
PREFÁCIO.....	XI
INTRODUÇÃO.....	XIX
1. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, PAGAMENTO INDEVIDO E LUCRATIVIDADE EM CONTRASTE COM O DIREITO DE DANOS.....	1
1.1 O enriquecimento sem causa, seu objeto e sua caracterização.....	9
1.1.1 Prolegômenos à época da Lei 3.071/1916.....	18
1.1.2 Pressupostos inseridos na Lei 10.406/2002.....	20
1.1.2.1 Enriquecimento (e empobrecimento).....	22
1.1.2.2 À custa de outrem.....	28
1.1.2.3 Ausência de justificação (“justa causa”).....	32
1.1.2.4 Subsidiariedade.....	35
1.2 Avanços em matéria restitutória: o enriquecimento sem causa por lucro da intervenção.....	37
1.2.1 Dimensão estrutural e enquadramento dogmático: entre o dano e o lucro.....	38
1.2.2 Dimensão restitutória propriamente dita: a remoção de ganhos ilícitos	40
1.2.3 O problema da apuração/quantificação de lucros.....	41
1.3 Direito de danos e a paralela evolução da responsabilidade civil pela perspectiva de suas múltiplas funções.....	43
1.3.1 A noção de dano injusto e a lapidação do conceito de ‘ilícito’.....	47
1.3.2 Antijuridicidade e ilicitude: dissonâncias e convergências	49
1.4 O enriquecimento no mundo analógico: uma recapitulação e uma releitura.....	54
1.5 Conclusões parciais: novo espectro funcional da responsabilidade civil e o reajuste do lucro da intervenção.....	59

2. BENS DIGITAIS, DATIFICAÇÃO UBÍQUA, ALGORITMOS E GESTÃO AUTOMATIZADA DE ILÍCITOS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS EMERGENTES.....	65
2.1 Lucros e enriquecimento na sociedade da informação	68
2.1.1 A Internet e suas características em perspectiva técnico-jurídica.....	71
2.1.1.1 Fungibilidade.....	73
2.1.1.2 Ubiquidade	76
2.1.1.3 Replicabilidade	77
2.1.2 Datificação e a tutela das situações jurídicas existenciais.....	81
2.1.2.1 A personalidade e os dados pessoais como bens exploráveis	84
2.1.2.2 A dimensão superlativa dos dados pessoais e os bens digitais ..	86
2.2 Ganhos ilícitos e plataformas digitais	88
2.2.1 Algoritmos, dados e danos	90
2.2.1.1 Perfilização e exploração econômica de interesses imateriais	91
2.2.1.2 A zona recôndita do empobrecimento alheio em plataformas digitais	93
2.2.1.3 Os desafios da técnica e seus empecilhos à justificação do enriquecimento	95
2.2.2 Direitos autorais, uso justo e produção de conteúdo em plataformas digitais.....	98
2.2.2.1 Lucro, desmonetização e conteúdo audiovisual	101
2.2.2.2 Fiscalização algorítmica de violações a direitos autorais: o uso justo (<i>'fair use'</i>).....	104
2.2.2.3 Gestão privada de soluções jurídicas: contexto de abertura ao <i>'private enforcement'</i>	106
2.2.3 Lucratividade aferida em tempo real: a superação da barreira da quantificação	109
2.2.3.1 Plataformas digitais e o algoritmo <i>'ContentID'</i>	111
2.2.3.2 <i>Digital rights management</i> (DRM).....	114
2.2.3.3 <i>'Enforcement'</i> obrigacional e as <i>'Oracle Turing Machines'</i>	116
2.3 Insuficiência dos pressupostos do enriquecimento sem causa para o contexto hodierno.....	119
2.3.1 Natureza plurissubjetiva da dinâmica: interventor, vítima e provedor de aplicação como partícipes	121

2.3.2	Natureza <i>sui generis</i> do objeto: os conjuntos de dados como bens exploráveis, embora fungíveis e replicáveis.....	127
2.3.3	Inviabilidade da aferição de justa causa por sistemas automatizados.....	128
2.4	Conclusões parciais: parâmetros para gerir o enriquecimento no mundo digital.....	130
3.	BENS DIGITAIS MISTOS E A CONSOLIDAÇÃO DE NOVA POSIÇÃO DOGMÁTICA PARA O LOCUPLETAMENTO.....	133
3.1	Bens não rivais, hiperconectividade e enriquecimento sem causa	140
3.1.1	A Internet de todas as Coisas (<i>Internet of Everything</i>) e os bens digitais.....	146
3.1.2	<i>Non-fungible tokens</i> , sua expansão e novas possibilidades de monetização	149
3.1.3	Conjuntos de dados como bens digitais mistos.....	151
3.2	Incompatibilidade do enriquecimento sem causa com os <i>tokens</i>	153
3.3	A responsabilidade civil como via adequada para a tutela dos bens digitais.....	159
3.3.1	O conceito de pretensão e a gestão automatizada de bens digitais	167
3.3.1.1	Expansão do conceito de ilícito na responsabilidade civil ...	172
3.3.1.2	Ganhos ilícitos e bens digitais	175
3.3.2	A superação da subsidiariedade do tema e a flexibilização da noção de lucro.....	177
3.3.3	Como ‘voltar olhares’ para o interventor não humano?.....	179
3.4	Conclusões parciais: o locupletamento para além da própria noção de lucro e sua alocação na responsabilidade civil	181
	CONCLUSÃO.....	185
	REFERÊNCIAS.....	191
	Livros.....	191
	Artigos	198
	Capítulos de livros	204
	Jurisprudência.....	209